

TIMOR 1945

E AS DIFICULDADES DA HISTÓRIA

Após o anúncio da rendição do Japão, em 15 de Agosto de 1945, e da cerimónia formal que tem lugar na baía de Tóquio, em 2 de Setembro, não tardam a sentir-se em Timor os efeitos do final da guerra. Em Lisboa, a 17 de Agosto, o Ministro do Japão informa o governo de que tinham sido expedidas instruções às forças ocupantes de Timor no sentido de devolverem a administração da colónia ao governador português. Tanto basta para que Salazar dê ordem ao *Destacamento Expedicionário a Timor*, concentrado em Moçambique, para iniciar o movimento para a colónia ocupada.

Em 18 de Agosto, partem de Lourenço Marques os avisos *Bartolomeu Dias* e *Gonçalves Zarco*. Dias depois, em 1 de Setembro, larga do mesmo porto, com 975 militares a bordo, o transporte *Angola*, escoltado pelo aviso *Afonso de Albuquerque*. Um segundo transporte, o *Sofala*, partirá, em 20 de Setembro, com 1.248 militares.¹

Às 8 horas de 27 de Setembro de 1945, entram na baía de Díli os avisos *Bartolomeu Dias* e *Gonçalves Zarco*. Neste último navio, viaja o brigadeiro Sequeira Varejão, na qualidade de comandante-chefe das forças expedicionárias ao Extremo-Oriente. No primeiro navio, por seu turno, viaja o grupo de funcionários administrativos, liderado pelo capitão Vasconcelos Ruas, o qual é portador de uma portaria do Ministro das Colónias que o nomeia Encarregado do Governo da colónia a partir da data em que o governador cessante, capitão Ferreira de Carvalho, embarcar de regresso à Metrópole.

O transporte de tropas *Angola* ainda vinha a navegar, e viria a chegar a Díli em 29 de Setembro, escoltado pelo aviso *Afonso de Albuquerque*.²

Todos estes acontecimentos relacionados com a restauração da soberania portuguesa em Timor foram-se sucedendo sem que qualquer notícia sobre os mesmos fosse tornada pública pelo governo de Lisboa. O silêncio sobre a situação de Timor, que durava desde a exposição feita por Salazar em 18 de Maio de 1945, é, finalmente, quebrado, cerca de dois meses após a rendição do Japão, através de uma nota oficiosa publicada na imprensa portuguesa de 7 de Outubro de 1945. Por ela se anuncia que, desde 5 de Setembro de 1945, o governador português ficara inteiramente senhor da situação na colónia. Sem indicar datas, a nota oficiosa adianta que já haviam desembarcado em Timor os contingentes militares enviados de Moçambique e são narradas diversas diligências de natureza diplomática relacionadas com a recuperação da soberania portuguesa, quando ocorresse a esperada derrota japonesa na guerra. No concernente à situação que os reforços militares foram encontrar, é referido o seguinte:

Com a chegada dos navios e das tropas, não só se forneceu a base material indispensável ao apoio da autoridade, necessariamente combatida pelos efeitos da própria ocupação, mas se asseguraram elementos adrede preparados para a reconstrução da colónia. Díli está praticamente arrasada por efeito dos sucessivos bombardeamentos e terá de ser reconstruída, bem como os meios de comunicação da colónia. A população está desprovida de tudo, pelo que nos navios seguiram os abastecimentos indispensáveis.³

¹ AHM, 2.^a Div. - 9.^a Sec. - Cx. 1 - N.º 3., Doc. 93.

² O aviso *Afonso de Albuquerque* era o mesmo navio que, em Dezembro de 1961, aquando da invasão da Índia Portuguesa pelas forças indianas, seria destruído em combate com a marinha indiana. Curiosamente, do estado-maior da força expedicionária fazia parte o então major de engenharia Vassalo e Silva, o qual, anos mais tarde, por causa da mesma invasão, se tornaria no último governador português do Estado da Índia.

³ SALAZAR, António de O., *Discursos e Notas Políticas*, Vol. IV, p. 161.

Feito este resumo de uma tragédia longa de quase quatro anos, muitos pormenores ficavam, ainda, por revelar. Aliás, logo no início da nota oficiosa, referia a mesma que...

...só a publicação, quando puder fazer-se, dos principais documentos relativos a esta questão poderá dar a exacta ideia das dificuldades de vária ordem suscitadas pela ocupação japonesa de Timor, pelos entraves ao exercício efectivo da soberania portuguesa e da autoridade do governador, pela estreita solidariedade entre as situações das nossas duas mais remotas colónias do Oriente e pela diversidade e oposição dos interesses em jogo.⁴

Prometia-se, portanto, que seria feita uma explicação pública dos acontecimentos, de modo a que os mesmos pudessem, futuramente, constar na História de Portugal.

A publicação “dos principais documentos relativos a esta questão” – como referia a nota oficiosa de 7 de Outubro de 1945 – foi intenção que ficou por cumprir. A razão desse incumprimento deve-se, muito provavelmente, à circunstância do governo ter reconhecido que a verdade lhe era flagrantemente adversa. A publicitação da tragédia de Timor demoraria décadas a fazer-se, atirando a sua memória para um conveniente olvido.

Na verdade, o principal documento elaborado para o efeito – o *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, da autoria do governador Ferreira de Carvalho –, tendo ficado pronto em Junho de 1947 e sido editado pela Imprensa Nacional, começa a ser distribuído e logo a seguir é retirado da circulação. Já em regime democrático, acabaria por chegar à Biblioteca Nacional, em 1980, quando o assunto já fora submergido por acontecimentos históricos de enorme significado e bem mais recentes.

O médico José dos Santos Carvalho, que permanecera em Timor durante todo o período da guerra, haveria de recordar, numa obra publicada em 1972, a forma como se processara a distribuição e posterior recolha do *Relatório*:

Recebi-o, com amável dedicatória do autor, em 1947, na província de Moçambique, onde já me encontrava. [...] Poucos dias passaram depois de eu o ter recebido e avidamente lido, até uma carta do Governador me trazer o seu pedido para lho devolver, pelo motivo de haver sido superiormente ordenado que todos os exemplares do relatório recolhessem ao arquivo do Ministério das Colónias.⁵

Uma medida bastante esclarecedora.

Só fortes motivações de ordem política podem explicar este encobrimento da verdade. O governo, através do Ministro das Colónias, logo que o governador Ferreira de Carvalho fez entrega do seu relatório, nomeou uma Comissão para apreciação do mesmo, isto é, no fundo, para avaliar o desempenho do governador da Colónia durante os anos de ocupação da mesma. Essa Comissão era constituída pelo juiz António Cândido da Cruz Alvura, pelo general José Tristão de Bettencourt e pelo vice-almirante Alfredo Botelho de Sousa. O relatório desta Comissão foi entregue ao Ministro das Colónias⁶, em 1 de Abril de 1948, e as suas conclusões são, geralmente, elogiosas do comportamento do governador, mas respeitosa e compreensivamente responsabilizadoras do governo de Lisboa, nele se afirmando:

Até que ponto, a organização e aprontamento da defesa de uma colónia isolada, como Timor, mas dentro do quadro da defesa imperial, é da responsabilidade do Governo local?

Timor, como as outras colónias, está integrado na defesa geral do Império e, como tal, é ao Governo Central que cabe fixar as unidades militares que devem constituir a sua defesa. Ao Governador local cabe mantê-las em estado de eficiência com os meios que são fornecidos

⁴ *Ibidem*, pp. 147-148.

⁵ CARVALHO, José S., *Vida e morte em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 110.

⁶ Que já não era Marcelo Caetano. Teófilo Duarte substituíra-o em Fevereiro de 1947.

para as unidades (material e pessoal) e instar pela remessa dos meios que julga necessários, e ainda prover com meios locais (no caso não existentes) à mesma eficiência.

Ao Governo local, como ao Governo Central, cabe vigiar pela segurança e, conforme as informações que cada um tiver, dar o alarme para a defesa ser reforçada e posta em pé de guerra, ou mesmo para serem criadas novas unidades [...]

Só em Fevereiro de 1941 o Governo informou dos perigos que ameaçavam Timor, em virtude dos prenúncios de guerra, e da possibilidade de Timor vir a ser campo de operações, embora não de início. Mas o Governo não criou novas unidades, reconhece em 18 de Abril que em prazo razoavelmente curto não podem chegar reforços a Timor e, por isso, apenas pensou mandar um navio de guerra; sabia que havia material em caminho. O navio não permaneceu, o material não chegou, e não por culpa do Governo ou do Governador. O pessoal também não.

Mesmo admitindo – e não é o caso – que o Governador não pediu a remessa de meios e não insistiu pela mesma remessa, o que fez seguramente foi informar do que tinha e da sua insuficiência absoluta.

O Governo estava ao facto da situação de indefensabilidade da Colónia. Se o remédio que lhe aplicou não foi eficaz, isso se deve a que as circunstâncias impediram de o ser.⁷

Nesta passagem “as circunstâncias impediram de o ser” está subentendida, muito provavelmente, toda a gama de censuras que os autores do relatório prudentemente se abstiveram de lavrar no seu relatório.

As poucas obras que se foram publicando acerca dos acontecimentos de Timor tomaram, na maior parte dos casos, a forma de memórias, deixando uma imorredoura lembrança da enorme coragem e espírito de sacrifício dos Portugueses que, apesar de todas as dificuldades e perfídias, lograram resistir estoicamente, até à morte ou ao momento da libertação. Essas memórias, por falta de documentação e por receio de represálias, não podiam, porém, ir ao fundo da questão no respeitante às responsabilidades do governo de Lisboa. O melhor que se conseguia eram breves referências à debilidade do dispositivo militar, como fez, nas suas memórias, o então tenente António Liberato, indo, até, com notável audácia, bem além do que recomendaria a cautela dominante:

Não tendo merecido, sob o ponto de vista militar, o cuidado que a prudência aconselhava e o aspecto grave que os acontecimentos no Oriente iam assumindo impunha, a parte portuguesa da colónia estava sem os recursos necessários para fazer respeitar a sua integridade, em obediência à situação neutral que o nosso país mantinha no conflito. O nosso território constituía, pois, para os ocupantes da parte holandesa, um ponto fraco que os seus adversários poderiam utilizar quando lhes conviesse e desferir-lhe dali os golpes que entendessem. A ocupação de toda a ilha impunha-se a qualquer dos beligerantes que pretendesse manter-se no território holandês.⁸

De assinalar, também, já no contexto da campanha para as eleições legislativas de Novembro de 1945, uma censura do opositorista Cunha Leal à política externa portuguesa durante a guerra, na qual recorda que Salazar deixara Timor «sem guarnição militar e os Açores pletóricos de soldados».⁹

⁷ AHM, FO 06, Série 28, Cx. 219 - N.º 010, p. 4. Sublinhado nosso.

⁸ LIBERATO, António, *O caso de Timor*, p. 16.

⁹ NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. IV, p. 28.

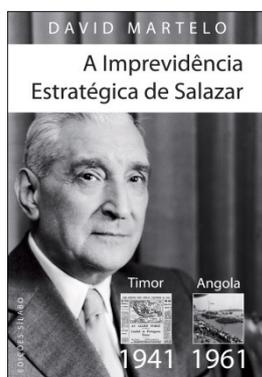
No balanço final de uma tragédia, que uma acção estrategicamente lúcida poderia ter evitado, terão morrido em Timor entre 40 a 70 mil pessoas, umas por acção directa das forças japonesas, outras devido às violências perpetradas por bandos indígenas que acompanhavam as tropas nipónicas¹⁰, outras, ainda, porque não lograram sobreviver, em condições de extrema carência de toda a espécie de bens materiais. O médico José dos Santos Carvalho – um dos portugueses presentes na colónia, durante as ocupações – resumiu, assim, o balanço trágico dessa época:

Contaram-se muitas centenas de timorenses assassinados, mortos em combate ou falecidos na prisão e, entre os não-nativos de Timor, pelo menos, trinta e sete assassinados, dez mortos em combate, seis mortos por suicídio, vinte falecidos ao abandono no interior da ilha onde andavam foragidos e oito que miseravelmente acabaram os seus dias no cárcere japonês, vítimas de violências e, sobretudo, da privação de alimentos e da falta de condições higiénicas e de qualquer espécie de assistência na doença.¹¹

Mas, para além do balanço de perda de vidas e de bens, num cenário de violência e crueldade indescritíveis¹², havia, do ponto de vista estratégico, uma lição a retirar, sobretudo para que o proclamado interesse na conservação do Império Colonial se traduzisse em medidas condizentes com *a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam*.

Todavia, na primeira curva da história – Angola, 1961 –, ficaria patente o escasso valor em que foram tidos os ensinamentos de Timor.

David Martelo – Maio de 2019



Leitura complementar

¹⁰ As tenebrosas *colunas negras*, constituídas, maioritariamente, por indígenas do Timor holandês.

¹¹ CARVALHO, José S., *Vida e morte em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 7.

¹² Sugere-se a leitura de *FUNO – Guerra em Timor*, de Carlos Cal Brandão.